

A Tempestade Perfeita – A Ilha da Madeira e o *Crash* da Bolsa de 1929, vistos pela Imprensa Madeirense

The Perfect Storm – Madeira Island and the Stock Market Crash of 1929 as seen by the Madeiran Press

Carlos Barradas¹

Resumo

Este artigo analisa as notícias da Imprensa madeirense – *O Jornal*, o *Diário de Notícias* e o *Diário da Madeira* –, entre 1929 e 1930, sobre o *crash* da Bolsa de Nova Iorque e as suas consequências para a ilha da Madeira. Estes periódicos, apesar de mostrarem sinais de estarem cientes da crise global, não perceberam completamente a sua magnitude e o impacto que teria na economia local. O texto explora como a crise afetou diferentes setores na ilha e destaca a falta de apoio do Governo Central face às dificuldades da região. A análise também aborda a crise bancária madeirense e a influência de António de Oliveira Salazar, que, enquanto procurava estabilizar as finanças portuguesas, deixou os bancos madeirenses sucumbirem à crise. O texto conclui, com um olhar crítico, que as elites madeirenses, embora informadas, não conseguiram prever e evitar as consequências da tempestade perfeita que se abateu sobre o arquipélago. O estudo revela, igualmente, que a crise expôs vulnerabilidades históricas e impulsionou uma reconfiguração política e social na ilha.

Palavras-Chave: Ilha da Madeira; Economia; *Crash* da Bolsa (1929); Imprensa Madeirense; Bancos; Indústria; Crise.

¹ Licenciado em Ciências da Cultura e mestre em Estudos Linguísticos e Culturais pela Universidade da Madeira. Atualmente desempenha as funções de coordenador do Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta, em Câmara de Lobos. É investigador no Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta e sócio fundador da Associação para o Desenvolvimento dos Estudos Globais e Insulares – ADEGI. Participa no projeto *Aprender Madeira*, através da preparação do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*, onde ficou responsável pela elaboração de diversas entradas. Está a frequentar o doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta. Contacto: carlosbarradas23@gmail.com.

Abstract

This article analyses the news in the Madeiran press – *O Jornal, Diário de Notícias* and *Diário da Madeira* –, between 1929 and 1930, about the *crash* of the New York Stock Exchange and its consequences for Madeira Island. Although these newspapers showed signs of being aware of the global crisis, they didn't fully realise its magnitude and the impact it would have on the local economy. The text explores how the crisis affected different sectors on the island and highlights the central government's lack of support. The analysis also looks at the Madeiran banking crisis and the influence of António de Oliveira Salazar, who, while trying to stabilize portuguese finances, let Madeiran banks succumb to the crisis. The text concludes with a critical look at how Madeiran elites, although informed, failed to foresee and avoid the consequences of the perfect storm that hit the island, whilst revealing how the crisis exposed historical vulnerabilities and drove a political and social reconfiguration on the island.

Keywords: Madeira Island; Economy; New York Stock Exchange Crash (1929); Madeiran Press; Banks; Industry; Crisis.

Introdução

No âmbito do *Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX)*, promovido pela Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, atual Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro, através do Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira, foi proposto trazer a debate um tema que se enquadrasse nos objetivos escolhidos pelos organizadores do evento, ou seja, situar a análise nas dinâmicas confluentes entre o global e o local no espaço Atlântico.

Espaço esse que, como é descrito na nota de abertura do livro do Congresso, «emerge como plataforma de fluxos, intercâmbios e trocas. Integrados numa malha cada vez mais ampla, e densa de relações, os arquipélagos atlânticos podem ser entendidos como laboratórios de modernidade»².

A este propósito, num interessante artigo de Alberto Vieira intitulado «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização?», o iminente historiador problematizava o papel da ilha da Madeira e dos madeirenses no processo de globalização ao longo dos 600 anos de História.

² *Caderno do Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico [...]*, 2023, p. 4.

Na sua reflexão escreve o seguinte: «As Ilhas são um espaço aberto, sem fronteiras, de mediação e de interculturalidade, abraçando, sem conflito, os múltiplos caminhos da globalização. As Ilhas são encruzilhadas e são pontes»³.

Neste sentido, a ilha da Madeira desempenha um papel interessante no contexto de globalização: primeiramente, se a sua (re)descoberta/povoamento impeliu o que Alberto Vieira chamou de «desencravamento do mundo» no século XV, iniciando uma nova etapa no processo de globalização, com a senda dos Descobrimentos portugueses; por outro lado, a “vocaçãõ” global originária da ilha, torna-a um espaço perceptível e sensível aos diferentes fluxos, de *dentro para fora*, ou seja, no que diz respeito à diáspora madeirense, ao comércio do açúcar e do vinho, como também de *fora para dentro*, com a chegada de estrangeiros que se fixaram na ilha da Madeira, ou aqueles que estiveram de passagem.

Todavia, ainda há outro aspeto que consideramos importante para compreendermos o posicionamento da Madeira face aos grandes acontecimentos globais, que tem eco na *Imprensa madeirense*, que de resto imprimiu nas suas páginas os grandes acontecimentos históricos do século XIX e XX. Este aspeto diz respeito ao posicionamento geoestratégico do arquipélago da Madeira face a Portugal, a meio caminho entre o centro e a periferia. Um “centro intermediário” entre a Europa e o mundo, que deu origem a uma forma de “ser” e “estar”, que se reflete nas aspirações e mundividência do madeirense e tem eco nos jornais.

Periódicos esses que não só cobriam os acontecimentos locais, mas também os nacionais e internacionais. Três perspetivas diferentes que conviviam lado a lado, muito à semelhança do que hoje ao utilizador hodierno das redes sociais tem acesso no seu telemóvel ou no computador.

A ideia do “isolamento”, que se associa ao arquipélago da Madeira, verifica-se e justifica-se em certos estratos do tecido social da ilha, por diversas razões de natureza de socioeconómica, agudizadas devido à orografia da ilha e à consequente falta de acessibilidades, contrasta com o cosmopolitismo das elites madeirenses, endinheiradas, com acesso à cultura, educação e aos meios de comunicação que os mantinham informados.

A Imprensa na ilha da Madeira tem, de resto, tradição e é oportuno recordar as emblemáticas palavras do P.^e Fernando Augusto da Silva, no segundo volume do *Elucidário Madeirense*, quando escreve sobre o «Jornalismo»: «Nos domínios coloniais portugueses, isto é fora do continente do reino, foi nesta ilha que viu a luz

³ VIEIRA, 2020, «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização», p. 118.

da publicidade o primeiro jornal – o *Patriota Funchalense*, aparecido no ano de 1821. Quando em 1830 saiu nos Açôres a primeira publicação periódica, já no Funchal se tinham publicado oito jornais»⁴.

Neste sentido, muitos investigadores têm encontrado na Imprensa madeirense um laboratório de investigação rico, com especificidades muito próprias do local, onde podemos encontramos um olhar interessante sobre o mundo, a partir da periferia, mas não menos importante para percebermos a História no seu todo.

Assim sendo, este estudo resultou de um outro de menor dimensão no âmbito da unidade curricular “Globalização Económica e Contestação Social”, do Doutoramento em Estudos Globais, que nos permitiu uma primeira incursão sobre o tema, ainda que de forma superficial. O objetivo do anterior estudo, e deste, mantém-se inalterado: problematizar a temática da globalização a partir do local, ou seja, analisar um evento de dimensões globais e os efeitos ou não que este teve no local. Assim, surgiu a ideia de estudar o *crash* da bolsa de 1929, pelo olhar da Imprensa madeirense.

E sendo esta considerada uma das maiores crises económicas globais do século XX, queremos perceber como esta foi apresentada pela Imprensa madeirense. Teria esta noção da “crise global”? E, em caso afirmativo, como retratou esta crise a nível internacional e local.

Esta questão em análise adensou-se pelo facto de a ilha da Madeira ter sido também arrastada pela crise originária do *crash*, levando à falência do sistema bancário madeirense, expondo fragilidades e “graves” falhas de gestão⁵.

Ao contrário do que aconteceu no resto do país, a Madeira ficou vulnerável à tempestade que se originou nos Estados Unidos em 1929, tendo a maior casa bancária madeirense, a Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, encerrado as portas praticamente um ano depois, a 30 de novembro de 1930.

Concentramos a nossa análise precisamente nos periódicos madeirenses publicados entre o momento do *crash* da Bolsa de Nova Iorque, a 24 de outubro de 1929, a conhecida “Quinta-Feira Negra”, até 20 de novembro de 1930, data em que se deu a falência da Casa Bancária Henrique Figueira da Silva.

Na primeira abordagem ao tema, focamos a nossa investigação no *Diário de Notícias* da Madeira. Todavia, para o escopo deste artigo, e de forma a podermos ter uma ideia mais completa do tema em estudo, decidimos acrescentar à nossa pesquisa dos outros dois jornais publicados diariamente.

⁴ SILVA & MENESES, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, p. 191.

⁵ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...].

Neste sentido, os jornais que servem de *corpus* a este estudo são os seguintes (aqui apresentados entre a primeira e o último ano de publicação): *Diário da Madeira* (1912-1940); *Diário de Notícias* (1876-); *O Jornal* (1923-1952; futuro *Jornal da Madeira*, 1952-2015).

A nossa ideia foi guiar o leitor pelos acontecimentos, acompanhando-os diariamente durante o período em estudo, de modo a demonstrar o adensar da crise que se fazia sentir.

A Tempestade

Como já deixamos mencionado, o nosso foco temporal de estudo compreende o ano anterior à falência do banco Henrique Figueira da Silva, que lançou o caos na banca madeirense, lançando-a numa profunda crise, que teria a intervenção central de António de Oliveira Salazar, o ministro das Finanças da Ditadura Militar.

Todavia lembremos, ainda que de forma sucinta, as causas e consequências do *Crash* da bolsa nova-iorquina. Esta informação irá ser essencial para percebermos que género de notícias procuramos nos periódicos madeirenses.

O *Crash* de 1929, que teve a sua face mais visível e mediática com a queda da Bolsa de Wall Street, deveu-se a muitos fatores e todos eles intimamente relacionados⁶.

Após o fim da I Grande Guerra, e durante os anos 20 do século XX, as dinâmicas económicas aproximaram uma Europa devastada a uma América no auge da sua produção industrial.

A interdependência foi-se adensando ao longo do tempo, com a recuperação da economia europeia, e o escoamento dos produtos americanos foi diminuindo. Esta dinâmica de superprodução de feição industrial afetou também a agricultura americana que sentiu dificuldade em exportar os produtos, tendo o preço descido, lançando milhares de agricultores para uma pobreza generalizada. As indústrias despediram milhares de pessoas, para tentar fazer face às dificuldades.

No dia 24 de outubro, as milhões de ações postas à venda não encontraram os especuladores dispostos a comprar, rebentando assim uma bolha que se avolumara com o tempo.

A desvalorização das ações da bolsa de Nova Iorque, deixou a descoberto a excessiva especulação em que reinava o mercado de valores e a banca americana.

⁶ GALBRAITH, 2021, *The Great Crash, 1929*.

Os sistemas bancários entraram em colapso, os produtos internos brutos de muitos países caíram abruptamente. Todas as nações, em maior ou menor grau, sofreram com os milhões de desempregados dos mais diversos sectores económicos.

Neste grau de catástrofe económica, financeira, política e social, os governos tentaram enfrentar a grave crise, com medidas que consideravam as melhores. Todavia, as medidas imediatas de recuperação implementadas, ao contrário do esperado, pioraram a situação social, resultando na ascensão meteórica de movimentos de extrema-direita, um pouco por toda a Europa.

No caso português e, de modo particular, no madeirense, as consequências do *Crash* estão relativamente bem estudadas. De modo geral, os historiadores concordam que Portugal, apesar de não ter ficado imune aos efeitos da crise global, sentiu-os de forma leve, ao contrário de outros países da Europa.

No artigo de José Luís Cardoso intitulado, «Ecos da Grande Depressão em Portugal: Relatos, diagnósticos e soluções», este explica que não só o sucesso com que Salazar geriu a crise, mas também, como este conseguiu utilizar essa conjuntura de crise, para fortalecer a sua liderança e consolidar a ditadura do Estado Novo⁷.

O momento de crise coincidiu com o esforço de reestruturação da economia e das finanças portuguesas, através da política de estabilização financeira efetuada por António de Oliveira Salazar, tendo sido iniciada em 1928, com foco no equilíbrio orçamental e estabilização cambial, tenho minimizado, assim, os efeitos da crise⁸.

No entanto, José Luís Cardoso explica que a Imprensa, nomeadamente, o *Diário de Notícias* (de Lisboa), que serve de *corpus* ao seu estudo, teve um papel um papel crucial na formação da opinião pública sobre a crise de 1929, ao noticiar o desemprego que alastrava e as dificuldades económicas de algumas empresas e bancos, construindo assim uma narrativa de crise que, embora atenuada, exigia a ação de Salazar. Situação essa que foi aproveitada por diferentes grupos de interesse, como industriais e comerciantes, que pressionaram o governo por medidas específicas.

Por sua vez, Salazar utilizou a crise para reforçar a intervenção estatal na economia e construir uma imagem de liderança forte e idónea. Assim, a crise e a sua gestão serviram como um catalisador para a consolidação do Estado Novo. O discurso da necessidade de um “Estado forte” para superar a crise e evitar o caos, aliado ao sucesso das políticas económico-financeiras de Salazar, contribuiu para a

⁷ CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal [...]».

⁸ CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal [...]», p. 375.

sua ascensão política e a imposição de um regime autoritário. Nas palavras do autor: «A Grande Depressão deu-lhe oportunidade de criar o seu *momentum*, e Salazar soube usá-la como pretexto e instrumento do seu triunfo político»⁹.

Neste sentido, além do impacto económico, a crise de 1929 produziu efeitos duradouros e profundos em termos políticos. Todavia, na ilha da Madeira o cenário que encontramos é diametralmente oposto, com as consequências da crise a se sentirem de forma mais intensa e duradoura na economia.

Sobre a crise bancária na Ilha da Madeira encontramos alguma bibliografia fundamental que merece a nossa atenção, ainda que de forma sucinta. Num primeiro plano, encontramos toda a pesquisa efetuada por Duarte Manuel Freitas, que se desdobra em verbetes sobre os diferentes bancos madeirenses, publicados no âmbito do *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, com a coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes¹⁰.

No entanto, para termos uma visão de conjunto sobre a história da banca madeirense e a sua caracterização, é de leitura obrigatória o artigo desse mesmo investigador, intitulado «Banca Regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização»¹¹.

Neste artigo, Duarte Manuel Freitas concentra o seu estudo em quatro grandes ciclos da história da banca regional madeirense, durante os séculos XIX e XX. O primeiro, que compreende o século XIX, com a fundação da Casa Rodrigues Leitão & Filhos, que acabará por falir devido à crise vinícola, em 1875. Nesse ano, surgirá também o Banco Comercial da Madeira, que também sucumbirá à crise, antecipando já as dificuldades que o setor bancário demonstraria face à instável e dependente economia regional¹².

No segundo ciclo, compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, a Madeira irá assistir à proliferação de casas bancárias, muitas fundadas em estruturas familiares e outras atuando como correspondentes de bancos nacionais e estrangeiros.

Até 1929, existia uma presença algo anormal de estabelecimentos bancários, no Funchal, mas não se sabe precisar ao certo o número total, já que, segundo

⁹ CARDOSO, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal [...]», p. 398.

¹⁰ Cf. FREITAS, 2013, «Banco Comercial da Madeira (1875-1887)»; FREITAS, 2013, «Banco da Madeira (1920-1966)»; FREITAS, 2013, «Banco Sardinha (1931-1933)»; FREITAS, 2013, «Blandy Brothers & Co. (1920-1966)»; FREITAS, 2013, «Casa Bancária Henrique Figueira da Silva (1898?-1930)»; FREITAS, 2013, «Casa Bancária Reid, Castro & C.^a (1905-1931)»; e FREITAS, 2013, «Casa Bancária Rodrigues, Irmãos & C.^a (1922-1933)».

¹¹ FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...]».

¹² FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...]», p. 372.

João Abel de Freitas, há registo que apresentam as filiais dos grandes bancos do continente, as caixas de económica e ainda as de câmbio¹³. A informação mais viável pensamos ser a de Duarte Manuel Freitas e de Rui Carita, que indicam que havia nove estabelecimentos bancários no Funchal à data de 1929: «Henrique Figueira da Silva; Sardinha & C.^a; Reid, Castro & C.^a; Blandy Brothers & Co.; Rodrigues, Irmãos & C.^a; Rocha Machado; Adida & C.^a; Rodrigues, Tavares, Freitas & C.^a; Teixeira, Machado & C.^a»¹⁴.

A Casa Bancária Henrique Figueira da Silva emergirá como a maior casa bancária, seguida por Sardinha & C.^a e Reid, Castro & C.^a. A presença inglesa na banca fez-se representar pela Blandy Brothers & Co., que, de resto, demonstrou solidez financeira e longevidade, em períodos de crise.

A década de 1930, trouxe consigo uma grave crise financeira, e o terceiro ciclo e o mais crítico do sistema bancário, iniciada com rumores sobre a liquidez do banco Henrique Figueira da Silva, culminando na suspensão de pagamentos em 1930. O *crash* da bolsa de Nova Iorque e a subsequente recessão agravaram a situação, levando a uma corrida aos bancos e ao colapso de outras instituições.

O quarto ciclo da história da banca madeirense, situa-se no pós-guerra, e ficou marcado pela concentração bancária, com a absorção de instituições regionais por grandes grupos financeiros nacionais. Em 1966, o Banco da Madeira foi incorporado no Banco Lisboa & Açores, e a Blandy Brothers (Banqueiros), L.^{da} no Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, representando a perda gradual da identidade bancária regional.

Por fim, o “último” quinto ciclo assinalado por Duarte Freitas diz respeito à fusão das caixas económicas madeirenses a nível nacional, tendo a Caixa Económica Montepio Madeirense sido incorporada na Caixa Económica de Lisboa na década de 1970, enquanto a Caixa Económica Gonçalves Zarco foi assimilada na Caixa Económica do Funchal, em dificuldades. Esta última, transformada em sociedade anónima em 1988, deu origem ao Banco Internacional do Funchal, S.A. (BANIF).

Podemos acrescentar que este, eventualmente, que seria quinto e último ciclo que Freitas assinala, é de facto o penúltimo, já que o derradeiro momento da história da banca madeirense terá o seu epílogo em 2015, com a falência do BANIF, tendo os ativos bons sido vendidos ao banco Santander Totta, filial portuguesa do grupo internacional Santander.

¹³ Cf. FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], pp. 49-53.

¹⁴ FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...]» e MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], pp. 130-131.

Mas voltando ao momento crítico do nosso estudo, a crise bancária na Madeira, que compreende o terceiro período, façamos uma breve incursão sobre a gestão da crise, por parte do governo e da elite local, para assim termos uma ideia de como este momento irá condicionar a vida socioeconómica da Madeira.

O subtítulo da obra de João Abel de Freitas, *Salazar na Crise da Banca Madeirense – Uma Teia de Muitos Nós*, ilustra bem a complexidade do tema que estamos aqui a tratar. A tese de João Abel de Freitas defende que António de Oliveira Salazar foi o principal «coveiro» da banca madeirense; leiam-se as palavras do autor:

«A minha tese sobre esta temática é a de que as casas bancárias foram para a falência ou para a reabilitação, sempre por intervenção do Governo, pela mão do Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, na base de decisões pouco fundamentadas, erradas, facciosas, desequilibradas e desiguais. Ou seja, as decisões tomadas por Salazar não tiveram base sustentada, nem técnica nem jurídica»¹⁵.

Ainda assim, Abel de Freitas admite que uma série de fatores, tais como o número insustentável de instituições bancárias, para a dimensão económica da ilha da Madeira e a gestão danosa destas mesmas instituições, adivinhava a falta de liquidez e a consequente falência das instituições. Nas suas palavras: «A banca da Madeira ruiu, nem outra coisa poderia ter acontecido, dada a dimensão reduzida da praça para tanto estabelecimento bancário. Só que ruiu da pior maneira»¹⁶.

A forte crítica que Abel de Freitas faz à gestão de Salazar da crise bancária madeirense *a posteriori*, estende-se ao então governador civil do Funchal, o major José Maria de Freitas.

Segundo Rui Carita, a situação grave em que se encontrava o banco Henrique Figueira da Silva, fora primeiramente denunciada pelo semanário a *Lanterna*, a 2 de março de 1930, acusando o banco de falta de liquidez. Assim, a Associação Comercial do Funchal, começou logo por denunciar esta “campanha” ao governador civil, que ignorou a situação sem tomar alguma medida quanto às acusações que lhe eram feitas pelo semanário¹⁷. Segundo Rui Carita: «Perante a inoperância, ou não, dos poderes instituídos a 30 de março, a Associação demarca-se do assunto», apesar dos sucessivos apelos¹⁸.

Esta inoperância adiou uma ação mais concreta e adequada à situação vivida na ilha da Madeira, uma vez que, de acordo com Rui Carita, o governador não

¹⁵ Cf. FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], pp. 11-12.

¹⁶ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], p. 13.

¹⁷ MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], p. 133.

¹⁸ MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], p. 133.

comunicou devidamente o contexto, e «consciente ou inconscientemente, deixou propositadamente avançar a situação»¹⁹.

No entanto, o cenário era diferente no continente, como explica Carita. Em 1929, o banco José Henriques Totta L.^{da} enfrentou uma situação muito semelhante à da Casa Bancária Henrique Figueira da Silva, mas, nesse caso, contou com uma rápida intervenção do Estado. A pedido de Alfredo da Silva, então diretor do banco, Salazar autorizou uma injeção de 75 000 000 escudos para salvar a instituição e evitar que milhares de trabalhadores perdessem o emprego em caso de falência²⁰.

Por outro lado, o governador civil Artur de Almeida Cabaço, que veio substituir José Maria de Freitas, já depois da “Revolta da Farinha” em 1931, tendo permanecido no cargo depois da “Revolta da Madeira”, teve um papel mais interventivo e mediador entre as elites locais, os banqueiros e Salazar²¹.

Os meandros sobre toda conjuntura que influenciou as decisões de Salazar, com as diferentes soluções apresentadas para os diferentes bancos madeirenses, as tais “teias” que João Abel de Freitas refere, envolvem tanto interesses do Estado Novo, como locais: «A grande maioria dos intervenientes era os governadores, os deputados, alguns banqueiros ou até dirigentes da união nacional local, embora, entre estas pessoas, houvesse uma promiscuidade grande pois, em muitos casos, as pessoas eram as mesmas»²².

Abel de Freitas dá a imagem de um Salazar que perante a crise madeirense, demora a reagir e que não gosta das réplicas dirigidas a si próprio por «gente afecta ao governo e/ou a si próprio»²³.

Todavia, até que ponto Salazar não estaria nesta aparente indecisão de forma a poder manobrar as elites madeirenses, cujo objetivo seria o redefinir de forças e influências, e puxar a si a lealdade dessas mesmas elites, que ficou consolidada depois da “Revolta da Madeira”. Revolta que é, talvez, uma das últimas grandes manifestações reacionárias contra o Estado Novo.

E, também, não será legítimo questionar se as elites madeirenses, num meio pequeno e promíscuo, não tentavam procuravam resolver vinganças pessoais, estabelecer alianças, de forma a sobreviver no meio de uma profunda crise, salvando

¹⁹ MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], p. 134.

²⁰ MELLO & CARITA, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal* [...], p. 134.

²¹ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], p. 61.

²² FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], p. 62.

²³ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense* [...], p. 62.

fortunas, e, se possível, aumentar outras pelos despojos deixados pela queda dos bancos?

João Abel de Freitas, a propósito da luta que desenrolou entre «um grupo de personalidades madeirenses»²⁴, entre os quais Juvenal de Araújo, Luís Vieira de Casto, Eduardo Paquete e outros, refere:

«Alguns nomes são bem conhecidos, outros menos e nem sempre se entendiam até pelas origens diversas e interesses económicos concorrentes. Católicos, Monárquicos, Integralistas, etc.

A realidade é que este grupo estava bem disseminado, apenas não se conhecendo nenhum na Henrique Figueira da Silva.

Na Madeira como no Continente, Salazar ia jogando com estas sensibilidades da direita no sentido de as dominar. [...]

Este jogo político tornou-se determinante no desfecho das soluções da crise da banca madeirense»²⁵.

A intervenção efetiva de Salazar na banca madeirense chegou mesmo a se concretizar com diferentes pesos e medidas. No decreto datado de 12 de setembro de 1933, n.º 23 026, Salazar fundia os bancos Sardinha, Rodrigues & Irmãos C.ª e o Banco Madeira, originando assim o novo Banco Madeira. Esse mesmo decreto reconhecia «[a] vaga depressiva que tam fundamente atingiu os valores e créditos da ilha da Madeira, menos protegida do reflexo dos factores de desequilíbrio económico mundial que o continente»²⁶.

O Banco Henrique Figueira da Silva, que detinha um volume de depósitos, segundo Duarte Manuel Freitas, à data de 1929, de 75 911 000\$00 escudos, que correspondia «à soma dos valores, da mesma rúbrica, existentes nos restantes estabelecimentos insulares»²⁷.

Pela importância que o banco Henrique Figueira da Silva representava para a economia madeirense, a sua total falência originou uma profunda crise na economia da ilha da Madeira, nas indústrias da ilha e, sobretudo, na vida económica e social de muitas famílias.

Já durante a década de 20, já se vão sentido alguns sinais de crise, devido à excessiva dependência das importações de produtos como a carne e o trigo, a diminuição das exportações de vinho Madeira e do bordado, e a retração dos

²⁴ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense [...]*, p. 69.

²⁵ FREITAS, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense [...]*, p. 70.

²⁶ «Decreto-lei n.º 23036», 12-09-1933, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207, pp. 1625-1626.

²⁷ FREITAS, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX [...], p. 379.

capitais americanos ocasionada pela “Lei Seca”, a somar-se à crise da aguardente e do dito “regime sacarino”, em quase permanente crise.

Para além disso, a ilha da Madeira sofria de problemas estruturais profundos e sentia-se a falta de um plano de recuperação económica que visasse o melhoramento das infraestruturas e possibilitasse a expansão de uma indústria que viria triunfar na ilha da Madeira durante o século XX, o turismo, nomeadamente, a inexistência de um porto moderno que pudesse captar mais companhias turísticas.

De resto, a crise dos bancos irá resultar num período conturbado na ilha da Madeira de contestação social, de que são exemplos a sublevação popular contra o chamado “Decreto da Fome”, n.º 19 273 de 26 de janeiro de 1931, que conduziu à “Revolta da Farinha”, em fevereiro de 1931 e, poucos meses depois, mais precisamente, entre 4 de abril e 2 de maio, a sublevação de militares exilados na ilha da Madeira que ficou conhecida como a “Revolta da Madeira”.

É tempo, agora, de analisarmos o *corpus* que constitui nosso estudo, para percebermos até que ponto a Imprensa madeirense estava atenta ao desenrolar da crise de 1929.

Não sem antes referir que o surgimento da Telefonia Sem Fios (TSF), entre os anos 20 e 30 do século XX, foi uma importante inovação tecnológica na área das comunicações, semelhante ao que acontecera com a telegrafia no século XIX, contribuindo para o estreitamento do mundo, ao acelerar a circulação de notícias. Muitas das notícias que encontramos sobre o tema em estudo estão inseridas nas rubricas comunicadas *via* rádio ou telegrama vindas do estrangeiro.

Com efeito, em 1929 e 1930 não havia a noção/perceção hodierna das correntes e fluxos globais, mas estas aconteciam. E como iremos ler, os jornais madeirenses tinham bem presente a noção da turbulência económico-financeira que se alastrava pelo mundo, e que acabaria por atingir a ilha da Madeira. Seguiremos na nossa análise, a linha cronológica das notícias que nos foram surgindo, para termos uma ideia do que era percecionado diariamente, até ao derradeiro *crash* madeirense.

Sinais da Tempestade

A primeira notícia sobre o *crash* foi publicada na Imprensa madeirense pel’*O Jornal (OJ)*, a 30 de outubro de 1929, na secção noticiosa “Jornal do Estrangeiro”, com o título «Finança Yankee», informando que «[d]eu-se na Bolsa de Nova York

uma nova e considerável baixa, que a intervenção dos grandes bancos não pode evitar»²⁸.

Um dia depois, o *Diário de Notícias* (DN), no dia 31 de outubro de 1929²⁹, informava, na coluna intitulada “Radios do Estrangeiro”, a queda da abrupta da bolsa de Londres e de Nova York. Nesta notícia percebe-se que o pânico da “Quinta-Feira Negra” contagiou rapidamente a bolsa londrina, ao mesmo tempo que informa sobre esta queda excepcional das ações na bolsa nova-iorquina: «Ontem transacionaram se 17 milhões de títulos e ações, cifra esta nunca ultrapassada em qualquer época»³⁰. Na edição desse mesmo dia, OJ também menciona o *record* das 17 milhões de ações vendidas num dia³¹.

A partir destas primeiras notícias, iremos notar o acompanhamento da situação da crise que alastrava pelo mundo. Mas não que houvesse uma verdadeira noção do que estava acontecer, na edição de 3 de novembro de 1929, OJ, para além de informar que no Funchal as pessoas tinham se queixado da falta de «circulação de trocos»³², informava a aparente «“conjuração” da crise da Bolsa de Nova York»³³.

Curiosamente, o *Diário da Madeira* (DM), antes de escrever sobre a crise da bolsa nova-iorquina, dava conta de que algo não estava bem com as indústrias, levando milhares de pessoas para o desemprego. A 3 de outubro publicava uma notícia vinda de Estocolmo, de que 60 000 trabalhadores da indústria sueca ficaram sem trabalho, após o *lockout* das fábricas de fósforo, de calçado, de material de caminho de ferro e de porcelanas, e da indústria metalúrgica³⁴.

Noutra notícia que interessava aos madeirenses que pretendiam emigrar para a ilha do Curaçau, o DM publicava a carta de um emigrante não identificado, datada de 15 de setembro, através do correspondente no Curaçau, que relatava a dificuldade dos emigrantes encontrar trabalho e da crise do desemprego que alastrava: «Chegamos aqui num dia e no outro já se foi trabalhar no trabalho do governo, mas só se trabalhou uma semana; agora estamos parados não sei que vida será a nossa»³⁵. Esta informação sobre a dificuldade de encontrar trabalho em

²⁸ «Jornal do Estrangeiro – Finanças Yankee», 30/10/1929, in *O Jornal*, n.º 821, p. 1.

²⁹ As notícias apresentadas referiam-se, quase sempre, ao dia anterior.

³⁰ «Radios do Estrangeiro – As bolsas de Londres e Nova York», 31/10/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 578, p. 1.

³¹ «Últimas Notícias – A desordem na Bolsa de Nova York», 31/10/1929, in *O Jornal*, n.º 822, p. 2.

³² «Falta de Trocos», 03/11/1929, in *O Jornal*, n.º 824, p. 1.

³³ «Jornal do Estrangeiro – A Bolsa», 03/11/1929, in *O Jornal*, n.º 824, p. 1.

³⁴ «Notícias do Estrangeiro – Estocolmo», 03/10/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5446, p. 2.

³⁵ «A Situação em Curaçau», 05/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5472, p. 1.

Curaçau era confirmada pelo representante da companhia de vapores que faziam viagens para Curaçau, João de Freitas Martins³⁶.

A primeira notícia do *crash* pelo DM data de 9 de novembro, a cujo conteúdo é bastante ilustrativo do que acontecia em Nova-Iorque. Para além de noticiar a queda da bolsa, o pequeno artigo assinala os suicídios dos empresários que viram as ações das empresas desvalorizarem completamente, e o contágio dessa desvalorização noutros locais, tais como Montevideu, onde originou a queda do valor da moeda, e no Chile, com três falências importantes, sem referir que falências eram essas³⁷.

O DN publicou um artigo de opinião em primeira página, da autoria de "R", intitulado «Um ciclo de prosperidade económica?». No qual, o autor do texto, abordando as diferentes teorias sobre os ciclos económicos, tenta adaptar essa análise ao contexto madeirense, fazendo o exercício de prever o novo ciclo económico em quatro pontos: o primeiro, era de que a agricultura madeirense tinha vindo a ganhar fulgor, após um período de abandono; o segundo, refere-se à «indústria», que, sem especificar qual, prevê que existirá um «período mais ou menos normal»; a terceira, dizia respeito à navegação e ao turismo e os benefícios que trariam à Madeira, já que seria acompanhado por «progressos» internos com um investimento na viação e no alojamento; o quarto e último ponto, diz respeito ao comércio, que tem um prognóstico mais negativo, que não acompanha a indústria e a agricultura, já que segundo o autor, «está quase completamente desorganizado»³⁸. No âmbito da nossa pesquisa, mais que nos retermos sobre a validade "teórica" apresentada pelo autor do texto, é relevante notar que já se procurava explicar os ciclos de prosperidade económica, através da análise de diferentes fatores, que ajudavam a prever os diferentes ciclos de prosperidade e depressão.

Continuando o nosso olhar sobre as notícias do *crash*, OJ acompanhava de perto a situação internacional por telegrama. Numa dessas notícias que encontramos, informa que teria havido uma intervenção dos banqueiros na bolsa nova-iorquina, por forma a estabilizar o mercado, contudo, esta ação não teve o efeito pretendido, continuando a bolsa em queda³⁹.

Noutra notícia, mais completa, OJ referia que era informado «através dos telegramas recebidos», de mais detalhes sobre a crise americana: os especuladores

³⁶ «A Situação em Curaçau», 05/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5472, p. 1.

³⁷ «A Bolsa de Nova-York – Efeitos Trágicos da Baixa de Valores», 09/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5476, p. 1.

³⁸ R., 06/11/1929, «Um ciclo de prosperidade económica?», in *Diário de Notícias*, n.º 16 582, p. 1

³⁹ «Na Bolsa», 09/11/1929, in *O Jornal*, n.º 829, p. 1.

tinham perdido 50 biliões de dólares, afetando 40 000 pequenos empresários, tendo falido dezenas de bancos e casas bancárias⁴⁰.

Os suicídios apresentavam um «número apavorante», e o curioso dado de que «[o]s jornais trazem colunas e colunas de anúncios de pessoas que querem vender joias e automóveis». OJ refere ainda que muitos milionários, estavam agora pobres ou na melhor das hipóteses arremediados, fazendo uma lista destes ilustres afetados pela crise, tais como o empresário e banqueiro Andrew W. Mellon, os empresários do ramo automobilístico Fred e Charles Fisher, e Georges Baker, presidente do conselho de administração do First National Bank, sediado em Nova Iorque.

A notícia fazia menção ainda que os agricultores escaparam à crise, situação que não corresponde completamente à verdade. O artigo lançava ainda uma farpa aos estrangeiros que «retiraram os seus capitais do seu próprio país, para não declararem ao fisco, nem a sua fortuna, nem os seus benefícios, pagaram caro a sua estranha prudência». É interessante notar que em nesta altura os *offshores* eram uma realidade⁴¹.

Esta notícia seria, em parte, replicada pelo DM a 15 de novembro de 1929, acrescentando apenas a informação de que da conferência entre o então presidente dos Estados Unidos da América, Herbert Hoover, com o presidente da Reserva Federal americana, M. Young, tendo esta instituição emitida uma declaração sobre a situação crítica, mas que «nenhuma medida oficial se considerava necessária»⁴².

A mesma informação, relativamente à inação do governo americano e da Reserva Federal perante a grave crise que alastrava, aparece também publicada pelo DN, na edição de 15 de novembro⁴³. Esta notícia é bem representativa de como o presidente Hoover e a Reserva Federal não souberam gerir nem encontrar medidas capazes de estancar o problema social e económico que então se vivia.

Do continente, chegavam também notícias do encerramento temporário da “bolsa agrícola”, pelo então ministro da Agricultura, o coronel Linhares, por terem sido detetadas várias irregularidades, até que estas fossem normalizadas⁴⁴. Depreende-se, nesta notícia, que o governo português estava atento ao desenrolar da crise tomando assim medidas profiláticas para minimizar o contágio da crise internacional.

⁴⁰ «O Panico na Bolsa de Nova Iork», 14-11-1929, in *O Jornal*, n.º 833, p. 1.

⁴¹ «O Panico na Bolsa de Nova Iork», 14-11-1929, in *O Jornal*, n.º 833, p. 1.

⁴² «Na America do Norte», 16/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5481, p. 1.

⁴³ «Vida Financeiras», 15/11/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 590, p. 1.

⁴⁴ «É encerrada a Bolsa Agrícola», 10/11/1929, in *O Jornal*, n.º 830, p. 2.

É a 16 de novembro que surge, pela primeira vez, pel'OJ, a palavra «krack» para definir o que acontecera na bolsa nova-iorquina. Percebe-se que este jornal queria grafar a palavra *crash*, mas por lapso ou ignorância, escreveu «krack». A palavra surge numa notícia em que o então ministro das Finanças francês, Henry Frédéric Chéron⁴⁵, informava que os «haveres franceses» não foram afetados pelo «krack» da bolsa de Nova Iorque⁴⁶.

Já o DN dará conta do termo «krach», numa grafia mais próxima à atual, a 2 de abril de 1930, na rubrica “Notas Soltas”. O contexto em que o termo é utilizado surge com uma história, algo anedótica, da confiança inabalável dos americanos contada por um jornalista francês, numa altura em que já pensava na recuperação do abalo financeiro provocado pela bolsa nova-iorquina. O pequeno artigo começa por referir que os milionários americanos apesar de terem perdido as suas fortunas no «krach», não perderam o bom o humor: «Comem, e bebem, divertem-se e tratam-se de refazer». Mais, ao jornalista francês um homem que perdeu a sua fortuna respondia: «percebi que estava pobre e que só me resta um caminho – tornar-me rico. Como tenho confiança em mim, espero que, dentro de alguns meses, possa recuperar o perdido»⁴⁷.

Tanto o DN, o DM e OJ publicavam a informação de que afinal o presidente Hoover olhava com maior preocupação a crise, do que à partida fora anunciado. Esta notícia, comum aos três jornais, indicava que uma nova “conferência”, cujo objetivo era reunir as principais personalidades da indústria, da agricultura e do comércio «afim de estudarem as medidas tendentes a remediar a grave crise financeira que atravessa a América»⁴⁸. Ainda sobre este assunto, o DN reportava que o presidente à data de 20 de novembro já reunira duas conferências⁴⁹.

O drama dos suicídios em massa continuava a ser noticiado, OJ descrevia a «viva emoção» e as consequências daquilo que já descreve como catástrofe da Bolsa, dando como exemplo a história de um “conhecido” engenheiro que untara o corpo com petróleo, atendo fogo sobre si mesmo e morrendo carbonizado⁵⁰.

⁴⁵ Henry Frédéric Chéron (1867-1936) foi ministro das Finanças francês entre 18 de dezembro de 1928 e 21 de fevereiro de 1930, sob a presidência de Poincaré, Briand e André Tardieu.

⁴⁶ «O Krack Americano», 16/11/1929, in *O Jornal*, n.º 835, p. 1.

⁴⁷ «Notas Soltas», 02/04/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 698, p. 1.

⁴⁸ «A Crise Financeira Americana», 19/11/1929, in *O Jornal*, n.º 837, p. 2; «O panico na Bolsa dos Estados Unidos», 17/11/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5483, p. 2; e «Conferencia Economica», 17/11/1929, *Diário de Notícias*, n.º 16 592, p. 2.

⁴⁹ «Na Bolsa de Nova York», 21/11/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 595, p. 2.

⁵⁰ «A Catastrofe da Bolsa de Nova-York», 21/11/1929, in *O Jornal*, n.º 839, p. 2.

De igual forma, o grave problema do desemprego será uma informação recorrente nos jornais analisados. OJ noticiava a subida dramática do desemprego na Alemanha, depois dos socialistas estarem no governo, valor que ascendera de 800 000 para 1 000 000 desempregados⁵¹.

No que diz respeito aos sintomas de crise na ilha da Madeira, e apesar de não estar diretamente relacionado com o tema em análise, não queremos deixar passar um interessante artigo sobre a suspensão das atividades da “Assistência Distrital”, com o subtítulo, «Estão suspensas as funções dessa organização oficial – A miséria nas ruas e as privações nas casas de beneficência», da autoria de J. F.⁵².

O autor do artigo lança um aviso em modo profético sobre a suspensão deste organismo de assistência pública na Madeira e o impacto na vida daqueles que já pedem ajuda solidária, como aqueles que vivem envergonhados na sua pobreza, «dentro de tantos lares miseráveis, onde se sofre a mais negra fome – e se suportam as mais terríveis necessidades». Depois de referir que na ilha, e em particular no Funchal, vive-se a verdadeira pobreza, sobretudo, nos subúrbios, J. F. apelava a que a Câmara e a Junta Geral pudessem ter outras medidas de assistência, de forma a compensar o encerramento da Assistência Pública: «Já que se suspenderam os serviços da Assistência Pública oficial – estude-se o meio de remediar os inconvenientes creados por essa medida afim de atalhar uma onda que se alastra e ameaçadoramente sobe»⁵³.

É de facto curioso esta previsão de crise social que, como uma onda, vem aumentando, será de facto cumprida. Era necessário outro artigo para percebermos os meandros e em foi decidido o encerramento da “Assistência Distrital”.

Continuando a explorar os sintomas da crise e as suas notícias, que de facto chegavam de todo o mundo, OJ informava que a crise industrial e financeira na Inglaterra afetou o valor da libra esterlina⁵⁴. Também de Inglaterra, na secção inglesa de notícias do DM, chegava a notícia de que o chá estava sob restrições devido à crise de superprodução, sintoma esse que se conta entre as consequências do *crash*⁵⁵.

⁵¹ «Os Desempregados», 24/11/1929, in *O Jornal*, n.º 842, p. 2

⁵² J. F., 01/12/1929, «Assistencial Distrital – Estão suspensas as funções dessa organização oficial», in *O Jornal*, n.º 848, p. 2.

⁵³ J. F., 01/12/1929, «Assistencial Distrital – Estão suspensas as funções dessa organização oficial», in *O Jornal*, n.º 848, p. 2.

⁵⁴ «A Libra Esterlina», 04/12/1929, in *O Jornal*, n.º 850, p. 2.

⁵⁵ «London», 04/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5497, p. 4.

Se os sintomas mais severos da crise em Portugal e na Madeira, tardavam em se sentir, o mesmo não se poderia dizer dos portugueses emigrados nos Estados Unidos da América. Informava OJ que «no mês findo regressaram dos Estados Unidos da América do Norte ao nosso país, centenas de portugueses, muitos dos quais madeirenses e açoreanos que não puderam permanecer naquele país devido á escassez de trabalho», como resultado do fecho de muitas fábricas⁵⁶.

Na Turquia, o governo impunha já medidas protecionistas, devido à procura por moeda, ao impor, «a suspensão temporária das compras de produtos estrangeiros pelas repartições do governo e o controle da compra de moedas estrangeiras»⁵⁷.

Regressemos à ilha da Madeira, ao texto em primeira página do DN, muito provavelmente da autoria do seu diretor, Feliciano Soares, intitulado «O Problema Madeirense», no qual analisava a situação de estagnação e abandono e das importantes intervenções necessárias à vida económica da ilha. O autor do texto, referia que apesar das promessas, a realidade era que, «a Madeira não viu realizadas as suas aspirações fundamentais». Aspirações essas na forma de investimento público, como a construção do porto «que satisfaça as necessidades do seu tráfego comercial e marítimo», melhoramentos no centro urbano do Funchal e de uma rede viária de turismo. O autor do texto, apesar de reconhecer o esquecimento por parte do Governo Central, compreendia que a situação política local, altamente divisória, não abonava a consensos para políticas a longo prazo: «é certo que o Terreiro do Paço se esquece dos interesses locais, outras vezes vê se em sérios embaraços para descobrir qual a vontade e os desejos da população insular!»⁵⁸.

A crise bancária também atingiu Portugal, com a casa bancária Coelhos, Cunha & Companhia, a suspender os pagamentos⁵⁹. Banco que acabou por decretar falência, como noticia o DM a 22 de dezembro⁶⁰.

De Berlim, chegava a notícia de que o governo socialista, continuava impotente face à crise do desemprego, onde o número de desempregados chegava às 1 200 000 pessoas. O título da notícia, «Delícias do Socialismo», assaz irónico,

⁵⁶ «A crise de trabalho», 06/12/1929, in *O Jornal*, n.º 852, p. 1.

⁵⁷ «A situação económica na Turquia – Medidas severas do governo», 08/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5501, p. 1.

⁵⁸ «O Problema Madeirense», 10/12/1929, in *Diário de Notícias*, n.º 16 611, p. 1.

⁵⁹ «A Crise Comercial – Mais uma suspensão de pagamentos», 14/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5505, p. 2.

⁶⁰ «Falencia dum banco – O valor dos depósitos», 22/12/1929, in *Diário da Madeira*, n.º 5513, p. 2.

mostrava o quão se desconfiava ainda da palavra “socialismo” e mostrava já uma Alemanha a lutar pela sobrevivência económica⁶¹.

Nesta narrativa da crise do *crash*, e à medida que avançamos temporalmente, há maior noção do contágio da crise americana no mundo. OJ, numa pequena notícia intitulada «Repercussão das oscilações da Bolsa de Nova-York», referia-se, em particular, aos países sul-americanos e à forma como essas mesmas «oscilações» tiveram impacto na desvalorização das moedas, com especial severidade no «pêso argentino»⁶².

É precisamente com o reconhecimento de que o mundo padece e sofre de uma crise geral, que acabamos 1929, e entramos agora no ano de 1930, onde continuamos com este sentimento.

Os primeiros dias de janeiro começam com a «ameaça» socialista do aproveitamento da crise na Alemanha. Segundo uma curta notícia de 1 de janeiro, o perigo da revolução soviética ameaçava a Alemanha, isto de acordo com uma «circular» que informava que se os desempregados chegassem aos 3 000 000 a revolução do proletariado iria acontecer⁶³.

Já em contexto nacional, chegavam boas notícias relativamente às finanças portuguesas, que faziam manchete internacionalmente. OJ publicava que o prestigiado Financial News tinha como certa a «estabilização monetária internacional», por parte de Oliveira Salazar, prevendo que o mesmo aconteceria no contexto das finanças espanhola e brasileira⁶⁴.

Mas se Portugal estava em clara recuperação económica, o mesmo não se poderia dizer das colónias. OJ noticiava a crise em Angola e a intervenção de Salazar⁶⁵. A 18 de fevereiro, o mesmo jornal, também noticiava que o governo tomara medidas para «intensificar o fomento da província de Angola»⁶⁶.

As medidas relativamente a esta crise, vêm descritas com mais pormenor num artigo do DN, intitulado «Ressurgimento de Angola», que entre as medidas, contava-se a organização da indústria, agricultura, regimes aduaneiros, e a criação de um «Banco Ultramarino», além de um plano de obras públicas, que teria a ajuda especializada de «algumas brigadas constituídas por engenheiros especializados em portos e caminhos de ferro, engenheiros hidrógrafos, de minas e agrónomos,

⁶¹ «Delicias do Socialismo», 15/12/1929, in *O Jornal*, n.º 859, p. 2.

⁶² «Repercussão das oscilações da Bolsa de Nova-York», 24/12/1929, in *O Jornal*, n.º 866, p. 2.

⁶³ «A Revolução», 01/01/1930, in *O Jornal*, n.º 870, p. 1.

⁶⁴ «Finanças Portuguesas», 04/01/1930, in *O Jornal*, n.º 872, p. 2.

⁶⁵ «A Crise em Angola», 26/01/1930, in *O Jornal*, n.º 890, p. 2.

⁶⁶ «O Fomento de Angola», 18/02/1930, in *O Jornal*, n.º 908, p. 2.

e demais pessoal técnico e auxiliar»⁶⁷. O Estado Novo lançava assim um programa de investimento público para Angola. Num artigo de opinião sobre a situação em Angola, do DN, que pensamos ser da autoria de Feliciano Soares, diretor desse periódico, indicava que a crise de Angola não se devia à incapacidade «colonizadora» da metrópole, dando como justificação, não o cenário de crise mundial, mas o facto do investimento português, no vasto território angolano, ainda não ter dado frutos, o que levaria o seu tempo. O texto dava ainda a entender que a crise que Angola passava não era pretexto para outras nações cobiçarem aquele território, pois era a prova da «epopeia marítima» dos portugueses⁶⁸.

A Inglaterra assumia a dianteira de medidas contra a crise na indústria, com o DM, a informar, sobre primeira grande ajuda do Banco de Inglaterra à indústria, particularmente, ao «Trust dos Domínios dos Estados Unidos», no valor de 504 000 libras⁶⁹.

Do Peru chegava a notícia que a República peruana procurava estabilizar a sua moeda, em quatro dólares⁷⁰.

As falências atingiam Portugal em fevereiro de 1930. Primeiro, a notícia de um negociante de porcos, de Évora, que faliu e deixara um passivo de 15 000 000 escudos⁷¹. Noutra notícia, sabemos que o dito negociante de porcos alentejano fugira para a Argentina, e que o passivo afinal fora de 7 000 000 escudos, e não os 15 000 000 noticiados. Entre os lesados, deste negócio ruinoso, estão «números lavradores», um gerente do Banco Ultramarino e Sousa Fernandes, que fora governador civil de Lisboa, na presidência de Sidónio Pais⁷². OJ acrescentava a esta notícia que o gerente do Banco Ultramarino fora lesado em 450 000 escudos⁷³.

Na Madeira, o espectro da crise na indústria dos lacticínios tomava forma. Na origem da crise estava a importação de manteigas e margarinas do estrangeiro, o que tornava a concorrência desleal para com a manteiga madeirense que, por sua vez, levaria à descida «no preço da matéria prima, com sacrifício de grande numero de pequenos lavradores e proprietários rurais»⁷⁴.

⁶⁷ «O Ressurgimento de Angola», 23/02/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 670, p. 1.

⁶⁸ «Um Problema Grave – A Crise de Angola», 27/03/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 694, p. 1.

⁶⁹ «Auxiliando a Indústria», 23/01/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5535, p. 1.

⁷⁰ «No Perú – O valor da moeda», 05/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5545, p. 2.

⁷¹ «Negociante de Porcos – Falencia Estrondosa», 08/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5548, p. 2.

⁷² «A Falencia do Negociante Alentejano – Fuga para Argentina», 09/02/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5549, p. 2.

⁷³ «Uma falência complicada», 09/02/1930, in *O Jornal*, n.º 901, p. 2.

⁷⁴ «A Industria dos Lacticinios – A crise que se desenha», 22/02/1930, in *O Jornal*, n.º 912, p. 1.

No artigo, por um lado lamentava-se o facto das medidas protecionistas não terem abrangido a indústria dos lacticínios, já que deveriam ser taxadas as margarinas e manteigas estrangeiras, e por outro, a pouca atenção dada pelo Ministério da Agricultura ao «pululamento» das fábricas de lacticínios na Madeira, que contava com 90 «fabriquetas», o que não contribuía para a valorização e proteção da indústria, mas sim para a anarquia e desvalorização⁷⁵. O artigo terminava com um pedido de prevenção da crise que se adivinhava.

OJ insistirá, novamente, neste grave problema premente num novo artigo datado de 13 de março, onde insiste nos mesmos pontos, o drama que os pequenos produtores de lacticínios madeirenses começam a viver e a falsificação e invasão das margarinas e manteigas do continente, apelando a que «[a]tenda-se a tudo isto, enquanto é tempo. De contrario, a Madeira tem de preparar-se para uma nova e seriíssima perturbação na sua vida económica, cujas consequências poucos poderão desde já avaliar com exactidão»⁷⁶. De resto, OJ fará desta uma causa: «“O Jornal” continuará a ocupar-se do assunto, porque êle interessa a toda a Madeira...»⁷⁷.

Noutro artigo, intitulado «Indústrias Locais – Situação Grave», OJ entrevistava Luís Chagas Freitas, gerente da companhia Martins e Andrade, que insistia na taxação das margarinas estrangeiras, e no risco de 2200 funcionários das desnatadeiras perderem o seu emprego⁷⁸.

Da mesma forma, o vinho madeirense parecia não estar a viver os melhores dias, pois passava por uma crise de exportação, cujo problema, segundo OJ, estava na falta de «reclame», dando como exemplo a campanha de publicidade dos exportadores espanhóis relativamente ao vinho xerez, tendo visto as suas exportações aumentarem⁷⁹.

Pela leitura das notícias, percebemos que os governos, um pouco por tudo o mundo, procuravam tentar impulsionar a recuperação económica. Novamente, depois do apoio aos bancos e à indústria, da Inglaterra chegava a notícia de que as obras no “Túnel da Mancha” empregariam cerca de 1400 homens, encontrando assim um meio de combater o desemprego, através das grandes obras públicas⁸⁰.

⁷⁵ «A Indústria dos Lacticínios – A crise que se desenha», 22/02/1930, in *O Jornal*, n.º 912, p. 1.

⁷⁶ «Uma Questão Grave – A Crise dos Lacticínios», 13/03/1930, in *O Jornal*, n.º 927, p. 1.

⁷⁷ «Uma Questão Grave – A Crise dos Lacticínios», 23/03/1930, in *O Jornal*, n.º 935, p. 1.

⁷⁸ «Indústrias Locais – Uma Situação Grave», 25/03/1930, in *O Jornal*, n.º 936, p. 1.

⁷⁹ «Por falta de reclame – O vinho Madeira lá fora», 26/02/1930, in *O Jornal*, n.º 915, p. 2.

⁸⁰ «Evitando o Desemprego», 16/03/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 687, p. 2.

Ainda sobre as medidas de recuperação, OJ informava sobre um incentivo fiscal que o Banco de Inglaterra dava à indústria, reduzindo a taxa de desconto, sobre os juros de empréstimo que os bancos centrais faziam aos bancos comerciais ou outras instituições bancárias, com o fim de «financiar as indústrias»⁸¹.

Por outro lado, começamos a ler medidas de carácter protecionista e que, de resto, foi a solução mais popular que as nações encontraram para combater a crise. Somos informados pel'OJ da revisão da lei do valor das pautas aduaneiras, pelo Senado dos Estados Unidos da América⁸². Esta notícia aparentemente inócua viria a se revelar de extrema gravidade para uma outra indústria madeirense, a dos bordados.

OJ, que já dera voz à crise dos laticínios, voltará, uma vez mais, a dar voz à crise dos bordados. O texto intitulado «A Crise Economia – Os Nossos Bordados» descreve a agudização da crise em que as indústrias dos bordados se encontravam. Das razões da crise, o artigo enumera as três que «mais concorrem à crise»: a concorrência dos «bordados estrangeiros», os «encargos de importação dos produtos madeirenses», e, claro, as taxas alfandegárias americanas⁸³. Pelos vistos, o autor do artigo, revela que, já em agosto de 1929, um grupo de industriais do sector, através de um emissário alertou o ministro das Finanças para a crise dos bordados, que ficou de dar atenção e «alivar a industria de alguns dos seus encargos»⁸⁴. Passados, muitos meses, a situação só vinha a piorar, mas o ónus da solução continuava a estar no ministro das Finanças, e o que restava era fazer um «novo apelo», para salvar a Madeira «das consequências desastrosas que a definitiva ruina da industria do bordado lhe pode acarretar»⁸⁵.

A verdade é que o autor do texto pinta de negro, exageradamente ou não, a crise que começa a alastrar e a se sentir na ilha da Madeira: «Por efeito desta crise é já grande a multidão de desempregados e de famílias lançadas na miséria, que sobrecarregam à Assistência Publica, a caridade particular e aumentam o número dos desgraçados errando no crime e no vicio»⁸⁶. Era preciso atuar rapidamente, sensibilizar os dirigentes para combater a crise, senão, profetizava o autor do texto, «negros e ruinosos dias virão para a Madeira»⁸⁷.

⁸¹ «O Banco de Inglaterra Reduz a taxa de desconto», 22/03/1930, in *O Jornal*, n.º 934, p. 1.

⁸² «Na America», 27/03/1930, in *O Jornal*, n.º 937, p. 1.

⁸³ «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

⁸⁴ «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

⁸⁵ «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

⁸⁶ «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

⁸⁷ «A Crise Economia – Os Nossos Bordados», 02/04/1930, in *O Jornal*, n.º 942, p. 1.

Com efeito, eram as indústrias mais dependentes das importações que ficavam mais prejudicadas. Também a indústria têxtil inglesa era notícia, pelo facto de os fabricantes de rendas de Nottingham terem apelado a que o governo contra a «alteração das pautas aduaneiras dos Estados Unidos», referindo ainda, que as exportações deste produto rendiam 200 000 libras anuais para o mercado americano⁸⁸.

Ainda em matéria de importação, OJ noticiou com grande pompa uma conferência do Visconde do Porto da Cruz em Lisboa, na Associação de Agricultura, que referiu um aspeto curioso e a seu ver incompreensível, sobre a Madeira importar fruta da América do Norte⁸⁹. Não sabemos até que ponto esta afirmação se confirma, mas talvez nesta afirmação esteja patente o facto de se incentivar uma política de mais produção local e do “proteccionismo” aos produtos madeirenses.

Se já podemos ler, nas anteriores notícias, sinais claros de que a situação económica da Madeira piorava de dia para dia, uma pequena notícia é exemplificativa que a nível social já sentia esses mesmo problemas. O DM noticiava a ocorrência de uma tentativa de suicídio de Augusto Lopes, solteiro e morador à rua da Imperatriz, que ingeriu um produto corrosivo. Depois de tratado no Hospital Civil, regressou a casa, e confrontado sobre as razões que o levaram a terminar com a sua própria vida tinha dito que não tinha «trabalho com que angariar os meios de subsistencia»⁹⁰.

Relativamente ao problema do desemprego em Portugal, OJ publicava na edição de 15 de maio de 1930, algumas alíneas do novo decreto que visava o combate ao desemprego. Não conseguimos apurar a que decreto OJ estaria a se referir, contudo, percebemos pelas suas medidas que teria mais um teor de anti-imigração do que propriamente de proteção e fomento do emprego. O primeiro artigo do decreto impunha que as empresas nacionais só pudessem empregar trabalhadores de nacionalidade portuguesa, «enquanto, nos termos deste decreto, constar dos respectivos registos a existencia de desempregados»⁹¹. Esta proibição do emprego de estrangeiros, contudo, não se aplicava aos cidadãos de nacionalidade

⁸⁸ «A Importação de Rendas na América», 02/04/1930, in *Diário de Notícias*, n.º 16 698, p. 4.

⁸⁹ «Aspectos Industriais e Agrícolas da Madeira», 09/04/1930, in *O Jornal*, n.º 948, p. 1.

⁹⁰ «Por falta de Trabalho», 09/04/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5596, p. 2.

⁹¹ «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.

brasileira, «que em tudo serão tratados como se nacionais fossem»⁹², nem a empresas que já tivessem estrangeiros empregados, mas que, quando fossem substituídos, deveriam ser por portugueses.

Já o segundo artigo, determinada a organização sob a tutela do Ministério do Interior do registo dos desempregados, no qual se devem inscrever todos os portugueses⁹³.

Da América, a notícia sobre o número de desempregados fazia sensação, devido ao número de grandes proporções. OJ informava que o número ascendia aos seis milhões de desempregados. As soluções encontradas pelo Senado americano compreendiam a criação de um conselho com o objetivo de combater o desemprego, com um crédito de 170 milhões de dólares, com o fim de «criar trabalhos especiais nos vários estados»⁹⁴. A notícia ainda elogiava a medida americana: «Os americanos são pessoas de são critério e vistas largas, entendo e bem, que sem dinheiro se não faz coisa de geito [jeito]»⁹⁵. De facto, esta última frase em modo de recado, antevia que só com um investimento profundo dos governos era possível ultrapassar a crise.

Do Porto Santo chegava a informação que as condições em que viviam as suas populações era gravíssima – «uma crise em igual nos últimos 60 a 70 anos»⁹⁶. Na origem desta crise estava a destruição das culturas, pelo que, segundo a notícia, era urgente o envio de géneros alimentícios da ilha da Madeira.

As notícias sobre os Estados Unidos América que encontramos nas nossas pesquisas não compreendem apenas aspetos da crise económica, mas também da curiosidade que aquela nação já poderosa, mesmo em crise, exercia sobre os madeirenses.

Não queremos deixar de mencionar uma entrevista realizada por Eduardo Pereira, para OJ, ao arqueólogo Edward Burgeni, que visitava a ilha da Madeira pela segunda vez. Sobre esta personalidade, Eduardo Pereira escrevia que este era aventureiro americano formado em filosofia, medicina e engenharia, e que «passa a maior parte do tempo fóra de seu país, em viagens de investigação histórica e observação dos diversos usos e costumes dos povos»⁹⁷. Edward Burgeni e a sua esposa, D. Karma Burgeni, partilhavam gostos semelhantes e complementares; ele, fotografia, e ela, ilustração, formas de arte na qual registavam as suas viagens.

⁹² «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.

⁹³ «A Crise do Desemprego», 15/05/1930, in *O Jornal*, n.º 975, p. 1.

⁹⁴ «Os Desempregados», 18/05/1930, in *O Jornal*, n.º 978, p. 1.

⁹⁵ «Os Desempregados», 18/05/1930, in *O Jornal*, n.º 978, p. 1.

⁹⁶ «O Porto Santo», 28/05/1930, in *O Jornal*, n.º 986, p. 1.

⁹⁷ «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.

Eduardo Pereira foca a sua atenção nos preconceitos formulados na Europa sobre a América, sobre a falta de um “ideal”, e de como, o «misto de raças europeias» que formou a América conseguiu ser “distinta”, das «raças progenitoras»⁹⁸.

A falta desse “ideal” tinha muito que ver com a sociedade industrializada americana, assente no conceito de Ford, da produção em massa, no «turbilhão de velocidade, de trabalho e de mecânica». Mas Edward Burgeni refuta que o americano não tenha um ideal, contradizendo, esse individualismo ou «mesquinho egoísmo», e defendendo que até o ideal de Henry Ford poderia beneficiar, através da multiplicação do capital, pelos diferentes «cooperadores».

Mas se o capitalismo social é já em si um ideal americano, Edward Burgeni aponta outro ainda maior: a educação da mulher; ao contrário do que acontece na Europa, já que lhe pesa a decadência e influência das civilizações romanas e moura. Mas no caso americano, a mulher é educada para se sentir emancipada: «A mulher americana educada à nossa escola, se quiser casar casa, se não quiser casar não casa, mas nem num caso nem outro abdica da sua personalidade; guarda sempre independência e prestígio para si, para o lar e para a sociedade»⁹⁹.

Em Portugal, Oliveira Salazar consolidava o sistema bancário no continente, com diferentes empréstimos a pedido dessas mesmas instituições bancárias. Essa notícia é de facto relevante, porque mostrava que Salazar procurava blindar o sistema bancário português à crise que se alastrava, mas não fez o mesmo aos bancos madeirenses. OJ, periódico que estava ao lado da ditadura do Estado Novo, escreve sobre o «extraordinário triunfo» desta intervenção, já que os bancos poderão adquirir cerca de 200 000 obrigações em empréstimos. Com chave triunfal, a notícia terminava com estas palavras: «Voltou a confiança! E esta não é decerto o aspecto mais valioso da obra do sr. Dr. Antonio de Oliveira Salazar»¹⁰⁰. Estranhámos, num periódico reivindicativo, mas ao mesmo tempo apoiante da ditadura, não ter feito qualquer referência ao sistema bancário madeirense.

Outro artigo no mesmo periódico, intitulado «Economia Madeirense», da autoria de «C. R.», que achamos ser as iniciais de Carlos Rates, dirigente sindical, que fora o primeiro secretário geral do partido comunista português, mas que, em 1931, aderiu à União Nacional, louva a «sobriedade e o espírito de economia do povo madeirense»¹⁰¹.

⁹⁸ «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.

⁹⁹ «Da Vida Americana», 01/06/1930, in *O Jornal*, n.º 989, p. 1.

¹⁰⁰ «O Novo Empréstimo», 12/06/1930, in *O Jornal*, n.º 997, p. 1.

¹⁰¹ C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.

Essa sobriedade era alcançada pelo facto de a população comer “batata-doce” ao longo de todo o ano, e, também, pelo facto de os mais novos serem motivados a poupar. O autor também refere que a Madeira é um dos locais do país onde «o regime de propriedade apresenta o mínimo de contraste a patentear a injustiça social»¹⁰². Esta afirmação é altamente discutível, como sabemos hoje, o que mostra uma leitura que não corresponde à realidade, vinda de um periódico que, apesar de tudo, vinha denunciando a crise que alastrava. Todavia não queremos deixar de referir a leitura *naïf* que potencialmente Carlos Rates faz do sistema bancário madeirense. Uma vez mais, a «sobriedade» dos madeirenses refletia-se no número substancial de bancos e de casas bancárias, que viviam de “pequenos depósitos” e que, por sua vez, animavam a agricultura e o comércio¹⁰³.

A crise mundial era acompanhada de perto pelas notícias sobre o desemprego e o número de desempregados, a situação das bolsas de valores, as medidas propostas para a recuperação econômica e as fusões de bancos e empresas.

Em Inglaterra dois grandes jornais fundiam-se, o *Daily Chronicle* e o *Daily News*, levando ao desemprego 1000 pessoas, entre operários e jornalistas¹⁰⁴.

OJ faz menção à falência da obra de solidariedade fundada pelo cardeal Ferrari, em Milão, com um passivo de 50 milhões de libras esterlinas¹⁰⁵.

A crise dos lacticínios que vinha sendo referida a par dos bordados, que se agudizava na Madeira, é comparável com o que se vivia noutros países, pois: «A crise de super-produção que atinge todos os países, tem levado as varias classes produtoras a pedir aos respectivos governos a indispensável proteção pautal»¹⁰⁶. O mesmo acontecia com a França, com os produtores a exigirem medidas que protegessem a produção interna. E pedia-se, igualmente, ao governo português que atuasse no sentido da proteção pautal à produção interna¹⁰⁷.

Neste mesmo número, ainda uma notícia sobre os valores alarmante de desempregados no mundo, com alguns países, como os Estados Unidos e a Inglaterra a concederem apoios aos desempregados. Contudo, o autor do texto refere que o «método de subvenção», ou seja, o subsídio aos desempregados só servia para lesar o Estado, sem outros resultados¹⁰⁸.

¹⁰² C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.

¹⁰³ C. R., 17/06/1930, «Economia Madeirense», in *O Jornal*, n.º 1000, p. 1.

¹⁰⁴ «Mais Desempregados», 05/06/1930, in *O Jornal*, n.º 992, p. 1.

¹⁰⁵ «Crise Mundial», 05/06/1930, in *O Jornal*, n.º 992, p. 1.

¹⁰⁶ «Lacticínios», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.

¹⁰⁷ «Lacticínios», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.

¹⁰⁸ «A Crise do Desemprego», 18/06/1930, in *O Jornal*, n.º 1001, p. 1.

A mesma avassaladora dimensão da crise dos desempregos era noticiada pelo DM, sem críticas ao programa de subsídios. Em todo o mundo haveria cerca de 20 milhões de desempregados. A Inglaterra despendia 25 000 libras por dia com os seus dois milhões de desempregados, e na Alemanha os sem trabalho recebiam subsídio¹⁰⁹.

O DM ilustrava, a 31 de julho de 1931, a notícia sobre a «Política Americana – O Presidente Hoover», a foto do próprio, e a informação de que o presidente americano pedira aos seus “ministros” um estudo com o fim de poder cortar na despesa do Estado. Entre as medidas indicadas com este fim, incluía a proibição da compra de objetos de luxo por parte dos agentes do governo americano nas embaixadas espalhadas pelo mundo¹¹⁰.

Em finais de agosto, OJ dava conta de mais uma indústria em crise na Madeira, desta feita, a do vime, que tinha um dos seus centros de produção na freguesia da Camacha. Esta crise que, admite o autor, não era de agora, mas remontava a 1927, vinha a piorar. A principal causa apontada era a quebra da exportação deste produto que era, quase na sua totalidade, exportado para os mercados estrangeiros, crescendo a esta causa, o facto do mercado madeirense de vimes, mais pequeno, competir com outros mercados «manufatureiros em larga escala». A pouca produção de vime que ainda sobrevivia, dependia do consumo local. Para muitos destes operários, a emigração foi a forma encontrada para escaparem da miséria, o que lamentava OJ, pela fuga de mão de obra valiosa¹¹¹.

A 13 de setembro, surgia a informação, com o título «Problemas da Madeira», que no dia anterior o governador civil do Funchal e o ministro do Interior estiveram reunidos para falar sobre “assuntos” do distrito. Sobre o teor destes assuntos, não o sabemos, mas com certeza não faltava matéria relativamente aos problemas que afligiam a ilha da Madeira¹¹². O governador regressara no dia 4 de outubro¹¹³.

A Câmara Municipal do Funchal anunciava novas deliberações relativamente ao imposto do trabalho. Um imposto que fora instituído em 1874, e tinha por objetivo construir e reparar as estradas regionais, mas que nunca fora popular entre as pessoas. A resistência a este imposto, ao longo do tempo, explicava a deliberação da Câmara e levou a suspensão do mesmo, resolvendo novamente a impor a taxa,

¹⁰⁹ «20 Milhões de indivíduos sem trabalho!», 04/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5709, p. 1.

¹¹⁰ «Política Americana – O Presidente Hoover», 31/07/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5680, p. 1.

¹¹¹ «Industria em Crise», 27/08/1930, in *O Jornal*, n.º 1056, p. 1.

¹¹² «Problemas da Madeira», 13/09/1930, in *O Jornal*, n.º 1071, p. 2.

¹¹³ «Governador Civil e Militar», 05/10/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5736, p. 1.

em 1929. No entanto, as receitas esperadas deste imposto ficaram aquém das expectativas, com uns a pagar e outros não, pelo que a Câmara decidiu suspender o pagamento do imposto¹¹⁴.

De Lisboa, chegava a notícia, através de uma nota do gabinete do ministro das Finanças do *superavit* de 90 000 000 escudos¹¹⁵.

Aproximando-nos do fim desta viagem pelas diferentes notícias, não queremos deixar de referir dois artigos que à sua maneira, correspondem, a uma análise da origem da crise.

O primeiro artigo, da autoria de C. d'A, foi publicado n'OJ e tem por título «Crise Economica». Este texto trata, sobretudo, da crise nacional que se vivia, numa perspetiva da análise da ação e das medidas da ditadura. Apesar do sucesso das políticas de Salazar, diz o autor, há quem culpasse a situação de crise ao governo ou as medidas financeiras severas preconizadas pelo ministro das Finanças. De resto, é natural este tipo de crítica, já que, segundo o autor, «[a] tendência natural é para responsabilizar quem manda, pelas desgraças de quem é mandado, venham essas desgraças donde vierem e tenham a causa que tiverem»¹¹⁶. As causas desta crise, explica o autor, podem ser internas e externas. Porém, é sobre as externas que se aplicam medidas severas, com o objetivo de organizar as contas públicas do país, e que implicam «sacrifícios de resto que a Nação inteira tem de suportar, como resgate e penitencia dos seus erros»¹¹⁷. Tudo isto a bem da restauração do «Crédito Nacional»¹¹⁸.

Se o que anteriormente deixamos exposto bastaria por si só para comprovar que os periódicos em análise estavam atentos ao espoletar e desenrolar da crise americana, o texto que iremos de seguida analisar, publicado a 4 de janeiro, na primeira página d'OJ, reforça esta ideia e a apreensão quanto ao que se passava no estrangeiro, ao mesmo tempo, que lançava um olhar sobre Portugal.

O autor do texto, intitulado «Marasmo e Ruina», começa com a constatação de que «[t]udo vae mal, tudo se embrulha – por este mundo»¹¹⁹. O autor menciona as diversas indústrias em crise, como as do algodão, do cobre e do trigo; a dificuldade

¹¹⁴ «O imposto do trabalho no concelho do Funchal», 18/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5721, p. 1.

¹¹⁵ «A Situação Financeira», 16/09/1930, in *Diário da Madeira*, n.º 5719, p. 1.

¹¹⁶ C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.

¹¹⁷ C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.

¹¹⁸ C. d'A, 25/10/1930, «A Crise Economica», in *O Jornal*, n.º 1107, p. 1.

¹¹⁹ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

das nações europeias em manterem as suas possessões coloniais; a crise das dívidas soberanas, com alguns Estados recusando-se a pagá-las; e as revoluções em curso pelo mundo, destacando-se o caso do Brasil. No centro dessas convulsões estão a «Catástrofe, ciclone, tufão»¹²⁰, o colapso das bolsas mundiais, e, principalmente, a percepção de que esta crise é mais profunda do que se previa: «Chega-se a afirmar que não é simplesmente uma dessas depressões que são periódicas, mas sim a própria liquidação do sistema capitalista, a finança internacional reduzida a cinzas»¹²¹.

É com ceticismo que o autor do texto analisa o estado das finanças internacionais, questionando sobre a capacidade de evitar, aquilo que talvez considere o lado mais negro da crise: a possibilidade das revoluções nacionalistas e socialistas, que noutro tempo não evitou as atrocidades da I.ª Grande Guerra, em 1914, nem previu a severidade das suas consequências, ainda tão presente no espírito de todos.

A crítica é por um lado dirigida aos capitalistas americanos, escrevendo: «Os Dawes e os Youngs que vieram dar lições à Europa, não evitaram o pânico em Wall Street, nem souberam aconselhar o presidente Hoover, nem impedi-lo de profetisar a alta e o regresso da prosperidade – previsão que se não cumpriu e fez recrudescer, portanto, o pessimismo»¹²².

Por outro, à França socialista, e ao socialismo, ou às Esquerdas. A França que vivia de excesso de ouro, e que pagava subsídios aos seus funcionários, como se fossem «autênticos sem-trabalhos»¹²³.

A solução, esta, dependia de promover a estabilidade, a tranquilidade, a ordem e a paz do mundo, pela correta distribuição do crédito, «concedendo aos bons e recusando-o aos maus»¹²⁴.

Já Portugal encontrava-se no bom caminho, pois «[a]rrumada a casa, postas as contas em ordem, aberto o caminho dum trabalho reparador», não poderia deixar que esse mesmo trabalho fosse agora deitado fora, devendo ser protegido, «contra o farcinante, mas mortal perigo duma liberdade sem limites»¹²⁵.

¹²⁰ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

¹²¹ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

¹²² «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

¹²³ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

¹²⁴ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

¹²⁵ «Marasmo e Ruina», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

Não deixa de ser paradoxal a apologia que o autor faz à proteção da “democracia” contra a esquerda radical, e fala contra essa mesma democracia republicana, do «furor demagógico» e do «caos» da República, a favor da ditadura do Estado Novo¹²⁶.

Em suma, pelos diferentes artigos analisados, fica claro que, de facto, o *Diário de Notícias*, o *Diário da Madeira* e *O Jornal* cobriram de maneira abrangente o desenrolar da Grande Depressão, apresentando diferentes perspetivas sobre a crise, não apenas nos Estados Unidos, mas também no restante globo. Além disso, não poderíamos deixar de evidenciar como a crise foi percebida em Portugal e na ilha da Madeira.

Essa análise a três níveis destaca, no plano internacional, as preocupações com o colapso das bolsas de valores, o aumento do desemprego, as falências de indústrias e de bancos, e as convulsões sociais que surgiam na Europa e na América Latina. Houve também atenção especial ao mercado inglês, francês e alemão, centros de uma Europa ainda em recuperação, mas profundamente dependente de uma América em crise.

No plano nacional, a figura central das notícias era o então ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar, que conduzia profundas reformas nas finanças públicas e na organização do Estado após os caóticos anos da Primeira República. Os sucessos das políticas de Salazar tornaram-se evidentes em 1930, contrastando com a crise enfrentada pelo resto do mundo. Contudo, isso não significa que Portugal escapou ileso; a crise também foi sentida nas colónias portuguesas e na ilha da Madeira. E apesar de algumas falências pontuais de empresas e bancos no continente, Salazar procurou proteger os principais bancos da crise mundial.

Na ilha da Madeira, percebe-se que as consequências do crash da bolsa não afetaram apenas o setor bancário, mas também toda a indústria local, com maior impacto nos bordados, vimes e lacticínios. A crise internacional expôs a fragilidade da economia madeirense, fortemente dependente dos mercados externos, ao mesmo tempo em que a falta de proteção por parte do Governo Central se tornava evidente. Isso ocorria apesar dos consensos que Salazar e a ditadura do Estado Novo reuniam entre a imprensa analisada.

¹²⁶ «Marasmo e Ruína», 26/10/1930, in *O Jornal*, n.º 1108, p. 1.

Todavia, sobre a situação dos bancos da Madeira, estes três jornais permaneceram entre 1929-30 em silêncio, apesar das inúmeras notícias que chegavam da falência de bancos, quer a nível internacional, quer a nível nacional e da crise que alastrava pelas colónias portuguesas. Pensamos, contudo, que perante tantos sinais do mal-estar económico madeirense, os jornais anteviam que uma maior crise estava para chegar, mas ao contrário da *Lanterna*, optaram pelo silêncio para não lançarem o pânico na praça financeira madeirense, à espera de uma intervenção do Governo Central, que deixou arrastar a situação e chegou tarde.

Em 1929-1930, a ilha da Madeira era um lugar de profundos contrastes. Enquanto a elite letrada e abastada possuía maior compreensão dos acontecimentos, os pobres camponeses, artesãos e bordadeiras sentiam, de forma inocente e inconsciente, os efeitos da miséria causada por um evento originado do outro lado do mundo. Será que a bordadeira entendia os motivos de não mais bordar? Ou o camacheiro que trabalhava com vimes sabia por que precisava emigrar? Embora estejamos certos de que as elites tinham toda a informação, contudo não poderemos ter a certeza de que leram bem os sinais da crise.

Há toda uma história socioeconómica por explorar nesta época na ilha da Madeira, que este trabalho apenas tocou ao de leve, mas que merecia um novo e aturado trabalho.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Diário da Madeira, Funchal, 1929-1930.

Diário de Notícias, Funchal, 1929-1930.

Diário do Governo, Lisboa, 1933.

Jornal (O), Funchal, 1929-1930.

Bibliografia

Caderno do Congresso Internacional Modernidade e Globalização no Mundo Atlântico: Relações, Diálogos e Trocas (Séculos XV-XX), 2023, Funchal, Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira – Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira.

- CARDOSO, Luís José, 2012, «Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», in *Análise Social*, vol. XLVII, n.º 203, pp. 370-400.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco Comercial da Madeira (1875-1887)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 82-84.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco da Madeira (1920-1966)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 128-135.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Banco Sardinha (1931-1933)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 386-392.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Blandy Brothers & Co. (1920-1966)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 408-413.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Henrique Figueira da Silva (1898?-1930)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 520-527.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Reid, Castro & C.^a (1905-1931)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 535-540.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2013, «Casa Bancária Rodrigues, Irmãos & C.^a (1922-1933)», in FARIA, Miguel Figueira de & MENDES, José Amado (coord.), *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX*, vol. I – *Instituições Bancárias*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 540-545.
- FREITAS, Duarte Manuel, 2015, «Banca regional madeirense durante os séculos XIX e XX: breve caracterização», in *Revista Portuguesa de História*, vol. XLVI, pp. 369-389.
- FREITAS, João Abel de, 2014, *Salazar na Crise da Banca Madeirense: Uma Teia de Muitos Nós*, Lisboa, Edições Colibri.

- GALBRAITH, John Kenneth, 2021, *The Great Crash, 1929*, Londres, Penguin Books.
- MELLO, Luís de Sousa & CARITA, Rui, 2002, *Associação Comercial e Industrial do Funchal. Esboço Histórico (1836-1933)*, Funchal, Edicarte.
- SILVA, Fernando Augusto da & MENESES, Carlos Azevedo, 1998, *Elucidário Madeirense*, vol. 2, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- VIEIRA, Alberto, 2020, «Será o arquipélago da Madeira no século XV a primeira etapa da globalização», in FRANCO, José Eduardo & CAETANO, João Relvão (coord.), *Globalização como Problema. Temas de Estudos Globais*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 93-128.

